



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

ANEXO VIII - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/20__

CONTRATADA:

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER, sociedade de economia mista, com sede na Rua Melvin Jones, nº 219, São Pedro, na cidade de Boa Vista, Roraima, CEP 69.306-610, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 05.939.467/0001-15, neste ato representada pelo Diretor Presidente, **JAMES DA SILVA SERRADOR**, em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro, **MÁRCIO RODRIGO MESQUITA DA SILVA**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, em _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ (nome e função na empresa), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, do Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da **LICITAÇÃO PELO RITO PROCEDIMENTAL SIMILAR AO DA MODALIDADE PREGÃO**, na forma, **PRESENCIAL**, sob o nº ____/20__, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E ACESSÓRIOS ORIGINAIS, GENUÍNOS OU SIMILARES QUE ATENDAM ÀS RECOMENDAÇÕES DOS FABRICANTES, NA FROTA DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER**, nas condições estabelecidas no Edital.

1 de 25



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

1.2. O objeto da Contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (%)
01	Serviço de mecânica em geral	H/H	2.500			
02	Serviço de eletricidade em geral	H/H	400			
03	Serviço de retífica em geral	H/H	400			
04	Serviço de troca de óleo e filtros em geral	H/H	2.500			
05	Serviço de carga da bateria	H/H	400			
06	Serviço de torno mecânico em geral	H/H	400			
07	Serviço de funilaria e lanternagem em geral	H/H	400			
08	Serviço de recuperação em geral de aros de liga leve e ferro	H/H	400			
09	Serviço de alinhamento computadorizado completo, balanceamento e cambagem em aros de liga leve e ferro;	H/H	400			
10	FORNECIMENTO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E LUBRIFICANTES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES.	INDEFINIDA				

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. O Edital de licitação, a Adjudicação e a Homologação da contratação;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

1.3.3. A Proposta da Contratada;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

3.1. Os prazos do contrato poderão ser prorrogados, observando-se os artigos 201 e 202 do RILC.

CLÁUSULA QUARTA - RENOVAÇÃO CONTRATUAL

4.1. Os contratos poderão ser renovados, observando-se o artigo 200 do RILC.

CLÁUSULA QUINTA - MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

5.1. A gestão e fiscalização do contrato dar-se-á em conformidade ao Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos desta Companhia, por gestor e fiscal nomeados através de portaria pela autoridade competente pela contratação.

5.2. A fim de estabelecer comunicação a respeito das necessidades da Companhia e execução do contrato, a contratada, obrigatoriamente, indicará preposto devidamente procurado, aceito pela administração, mantendo o contato através apenas de e-mail e telefone institucional, nos termos do Código de Conduta desta Companhia, com disponibilidade para ser interlocutor entre as partes, que receberá as demandas e reclamações da CAER, acompanhará e fiscalizará a execução do objeto, anotará ocorrências e tomará medidas para o saneamento de eventuais falhas.

5.3. A unidade requisitante da contratação, juntamente com os nomeados através de portaria para gestão e fiscalização do contrato, realizarão relatórios durante toda a execução do contrato, incluindo fotográficos - caso solicitado, para atestar a execução dos serviços realizados pela contratada dentro das condições contratuais estabelecidas.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

CLÁUSULA SEXTA - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A descrição da solução como um todo abrange a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças de reposição e acessórios originais, genuínos ou similares.

6.2. Da Frota:

MARCA	MODELO	ANO/FAB	COMBUSTÍVEL	PLACA	LINHA
Fiat	Uno Mille	2006	Gasolina	NAO 1706	Leve
Fiat	Strada	2009	Gasolina	NAP 1469	Leve
Fiat	Strada	2018	Gasolina	NUL 0237	Leve
Fiat	Strada	2018	Gasolina	NUK 0187	Leve
Chevrolet	S - 10	2007	Disel Comum	NAL 5174	Leve
Toyota	Hilux	2012	Diesel S10	NBA 8108	Leve
Mitsubishi	L - 200 Triton	2014	Diesel S10	NAX 1252	Leve
Mitsubishi	L - 200 Triton	2014	Diesel S10	NAU 4828	Leve
Mitsubishi	L - 200 Triton	2014	Diesel S10	NUI 7578	Leve
Mitsubishi	L - 200 Triton	2015	Diesel S10	NAO 0575	Leve
Mitsubishi	L - 200 Triton	2015	Diesel S10	NAM 3866	Leve
Mitsubishi	L - 200 Triton	2015	Diesel S10	NUI 6228	Leve
Mitsubishi	L - 200 Triton	2015	Diesel S10	NUI 6218	Leve
Mitsubishi	L - 200 Triton	2015	Diesel S10	NUH 6618	Leve
Mitsubishi	L - 200 Triton	2015	Diesel S10	NUJ 8628	Leve
Reboque	Fabricação Própria	1998		NAI 8188	Pesado
Ford	Caminhão Pipa	2007	Diesel Comum	NAT 0583	Pesado
Caminhão	Pipa Volkswagen	2011	Diesel Comum	NAK 6790	Pesado
Ford	Caçamba cargo 1317E	2005	Diesel S10	NAQ 6810	Pesado
M. Benz	Atego 2426	2013	Diesel S10	NAY 9188	Pesado
Volkswagen	13190	2013	Diesel S10	NUI 7583	Pesado
Caminhão	VW8. 160 DRC 4X2 RETRO	2015	Diesel S10	NAO 7236	Pesado
Caminhão	Ford Cargo 2629 6X4 M	2017	Diesel S10	NAX 9917	Pesado

6.3. A CONTRATADA deverá fornecer os seguintes serviços:

a) Mecânica Geral: consiste em serviços de mecânica em motor, retifica, sistema de câmbio, sistema de direção em geral, sistema de suspensão, sistema de freios, embreagem, escapamento, injeção eletrônica, (bombas, bicos, tubulações, sensores, anéis



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

de vedação, presilhas e válvulas) e todos os outros necessários com garantia pela contratada de acordo com as orientações do fabricante;

b) Lubrificante, filtros, fluídos, arrefecimento: consistem nos serviços de substituição com fornecimento do óleo do motor, do câmbio, do diferencial, do sistema de direção hidráulica, dos filtros de óleo, fluídos dos freios e arrefecimento, e todos os outros serviços necessários;

Observação: Revisão do sistema de arrefecimento será de forma a realizar tais como: substituição do líquido do arrefecimento, aditivo recomendado pelo fabricante do veículo, e em caso da necessidade: as mangueiras, abraçadeiras, bomba d'água, válvulas, eletro ventiladores e ou embreagem viscosa e sensores;

c) Refrigeração (ar-condicionado): consiste na reparação do sistema de refrigeração interna do veículo, com fornecimento de peças, substituição e conserto, tais como: compressor, carga de gás, tubulações, eletro ventiladores, condensador, evaporador, sensor, caixa de ar, correia, polia, chaves seletoras, fusível, relê e outros necessários;

d) Lanternagem, funilaria e pintura geral: consiste no reparo e ou o fornecimento de materiais tais como: recuperação da chaparia em lanternagem (funilaria), aplicação do produto especializado e pintura, polimento e outros necessários, serviços de desamassamento, recuperação e quando irrecuperável substituição das partes danificadas da lataria e pintura; serviços de solda em geral;

e) Elétrico e Eletrônico: consiste na revisão do sistema elétrico na realização dos serviços tais como: reparos em peças e ou componentes, substituição de peças e ou componentes, regulagem, configuração, instalação, (bateria, sirene, inversor, fonte elétrica, caixa de fusível, fiação, modulo, interruptores, relê, terminal, conectores), e outros necessários;

f) Cambagem: consiste na recuperação do sistema de “camber” é um ângulo que as rodas possuem em relação do eixo, perpendicular ao solo, o serviço de recuperação significa a correção deste ângulo, somente se houver necessidade;

g) Alinhamento: consiste no ajuste dos valores de alinhamento das rodas dianteiras com relação as rodas traseiras e com direcionamento perfeito a garantir a estabilidade com segurança, de forma a evitar os desgastes do ombro do pneu, seu lado interno e externo;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

h) Balanceamento: consiste na compreensão do cálculo de desbalanceamento interno e externo das rodas (dinâmico e estático) para fins de evitar os desgastes irregulares dos pneus do veículo e garantir a segurança da dirigibilidade do veículo, como também sempre necessário para cada roda em virtude de: desmontagem/montagem ou empeno desta por qualquer motivo;

i) Vidraçaria: consiste em consertos de estrutura, colocação de forramento e peças necessárias à manutenção e ou reparos relacionados como: vidros de para brisa, vidro traseiro, portas e janelas, calhas e motores elétricos e painel de interruptores elétricos específicos;

j) Serviço de tapeçaria e Capotaria: consiste em conserto com fornecimento e colocação de forramentos e materiais necessários à manutenção e ou reforma do veículo, carpete e outros; reforma ou recuperação de assentos, forros do teto e laterais, com aplicação de material de mesmo padrão e qualidade, mantendo a originalidade do fabricante do veículo

6.4. Fornecimento de peças:

6.4.1. A substituição de peças e/ou acessórios deverá ser precedida de aprovação prévia da CONTRATANTE e deverá constar nome da peça, quantidade, marca, referência, valor, modelo dentre outras informações pertinentes ao caso em concreto;

6.4.2. Os preços propostos no orçamento serão conferidos pela CONTRATANTE através de pesquisa de mercado antes da aprovação do orçamento.

6.4.3. As peças a serem utilizadas nas manutenções deverão ser preferencialmente originais ou genuínas:

a) Originais: aqueles que atendem às recomendações da montadora do veículo, mas que não possuem sua chancela; são peças novas e de primeiro uso, da mesma marca utilizada pelas montadoras, porém distribuídas pelo fabricante;

b) Genuínos: aqueles fabricados exclusivamente para uso na montagem dos veículos ou para a revenda nas concessionárias da marca.

6.4.4. Somente realizar nos veículos, serviços típicos, assim compreendidos os serviços que são recomendados pelas montadoras de veículos, os quais constam nos catálogos de referência de serviços utilizados pelas montadoras.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

- 6.4.5.** Não sendo possível o fornecimento de peças originais, poderão ser utilizadas peças similares desde que sejam novas, de primeiro uso, e não tenham passado por nenhum processo de condicionamento;
- 6.4.6.** A substituição de peças deverá ser precedida de aprovação do fiscal, que se reserva ao direito de rejeitá-las caso não estejam nos padrões especificados; e A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 6.4.7.** Os serviços compreendem na manutenção da Frota de Veículos Oficiais, com serviços e fornecimento de peças, acessórios, componentes e outros materiais, abrangendo todas as áreas e especialidades automotivas afetas à integridade dos veículos e relativos à manutenção, análise, avaliação e diagnóstico, desmontagem, montagem, retificação, reparação, correção, restauração, reposição, complementação, conservação, entre outros.
- 6.4.8.** Comunicar ao Gestor do Contrato ou seu substituto legal, a necessidade de execução de reparos não previstos na "Solicitação de Orçamento".
- 6.4.9.** Cumprir os prazos de execução dos serviços, conforme a quantidade de horas constantes de cada orçamento. Empregar todos os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços.
- 6.4.10.** Fornecer peças, materiais ou acessórios, no prazo máximo de 24 horas a contar do primeiro dia útil subsequente à solicitação expressa do Contratante.
- 6.4.11.** Apresentar à Contratante para fins de controle e fiscalização, as tabelas de códigos de referências de peças, tabelas de tempo padrão de execução de mão-de-obra (tempário) e tabela oficial de preços de peças e acessórios novos e originais fornecidas pelos fabricantes de veículos, atualizada mensalmente.
- 6.4.12.** Serão realizadas com o devido cuidado e atenção a inspeção de qualidade das peças a serem fornecidas e nos serviços a serem executados.
- 6.4.13.** Só será permitida a utilização de peças, materiais e acessórios genuínos ou originais, que atendam às recomendações do fabricante/montadora do veículo, não podendo se valer, em nenhuma hipótese, de itens reconicionados, recuperados, ou procedência duvidosa, como também não utilizar mão-de-obra de terceiros, COM EXPRESSA E PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Os serviços objeto desta contratação deverão ser executados na sede da CONTRATADA da seguinte forma: Os serviços deverão ser executados e os veículos liberados de acordo com o prazo determinado nas especificações de cada serviço.

7.2. A contratada é responsável pelo controle das requisições a serem emitidas pela DTR, devendo apresentar, mensalmente, até o quinto dia útil, o relatório dos serviços prestados no mês imediatamente anterior, acompanhando da respectiva fatura que deverá ser conferida os lançamentos e certificar a prestação dos serviços.

7.3. A contratada deverá prestar os serviços de manutenção de veículos em casos de necessidade como feriados e fins de semana.

7.4. A contratada deverá refazer ou reparar às suas expensas, no todo ou em parte, inclusive substituindo peças/acessórios, os serviços executados que se verificarem vícios ou incorreções, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.

7.5. Visando mais segurança na prestação de serviços, para os serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças de reposição e acessórios originais, genuínos ou similares somente será autorizado a execução com a requisição de autorização carimbada e assinada pelo chefe de transporte desta Companhia DTR-CAER.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL DE EXECUÇÃO

8.1. As manutenções serão realizadas exclusivamente nas dependências da Contratada, que deverá possuir oficina própria adequada para a realização das manutenções indicadas, situada no município de Boa Vista/RR.

CLÁUSULA NONA - PRAZO DE EXECUÇÃO

9.1. Constatada a necessidade de manutenção, o veículo será encaminhado à Contratada acompanhada da “Requisição de Autorização para execução de orçamento”, numerada sequencialmente, contendo os dados da mesma e a indicação sugestiva do defeito observado, ou, com a indicação de manutenção preventiva, logo após aprovado o orçamento pelo gerente



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

da Gerência Administrativa – GEA e o Chefe de Transporte e atestado pelo fiscal do contrato será feito a Requisição autorização e execução de serviços;

9.2. O recebimento do veículo para manutenção ocorrerá na oficina da Contratada por meio do seu preposto, que realizará checklist das condições físicas do veículo e atestará formalmente o seu recebimento ao fiscal do contrato;

9.3. Recebido o veículo, a Contratada terá o prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar do dia útil posterior ao recebimento, para realizar a vistoria, elaborar e apresentar “Orçamento Prévio” detalhado, numerado sequencialmente, contendo a descrição do defeito, o tipo de reparo, peças necessárias e valores de peças e de mão de obra (hora/homem);

9.4. Para cada manutenção realizada a Contratada deverá apresentar “Relatório de Manutenção” com numeração sequencial, detalhando os serviços executados e as peças substituídas, devendo manter acervo dessas informações durante toda a execução do contrato;

9.5. A apresentação do orçamento prévio não obriga a Contratante a autorizar a execução dos serviços, ficando a cargo do fiscal do contrato a análise de conformidade dos preços contidos no orçamento com os termos do contrato e a relação custo/benefício junto ao mercado;

9.6. As horas técnicas necessárias para a execução dos serviços terão como base a tabela tempária do fabricante do veículo, e na ausência de dados nesta, a tabela tempária divulgada/disponibilizada pelo SINDIREPA/RR;

9.7. Aprovado o orçamento prévio, a Contratada terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para realizar a manutenção, podendo solicitar dilação desse prazo, apresentada formalmente as justificativas necessárias ao fiscal do contrato;

9.8. As peças, acessórios e/ou componentes substituídos deverão ser apresentados ao fiscal do contrato quando da entrega do veículo.

CLÁUSULA DÉCIMA - RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

10.1. O recebimento provisório dos produtos se dará na data da entrega dos mesmos, ou seja, dentro do prazo estabelecido no subitem 9.7, contados para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos, com as especificações constantes neste Contrato e na proposta vencedora;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

10.2. O recebimento definitivo dos serviços será finalizado em até 03 (três) dias, contados do recebimento provisório previsto na item 10.1, após a avaliação de conformidade dos mesmos com o instrumento contratual e proposta vencedora;

10.3. Não serão aceitos serviços entregues em desacordo com o estabelecido neste Contrato, onde eles serão imediatamente recusados, obrigando-se a contratada a refazê-los no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, sem quaisquer ônus a contratante. Caso o prazo definido no subitem anterior não seja observado, os serviços não deverão ser considerados como entregue, sendo aplicadas às penalidades previstas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

12.1. Não há a necessidade de promover transição contratual para a presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PREÇO

13.1. O percentual de desconto da contratação é de _____% (____),

13.1.1. No desconto acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

13.1.2. Quaisquer tributos, despesas diretas e indiretas e custos diretos e indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos no desconto, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o(s) serviço(s) ser(em) executado(s) sem ônus adicionais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PAGAMENTO

14.1. O pagamento será realizado no prazo de **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, conforme agência e conta corrente indicada pela contratada, que deverá conter o detalhamento

do objeto executado;

14.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar o recebimento definitivo do serviço;

14.3. Considera-se data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

14.4. A nota fiscal ou fatura deverá ser acompanhada obrigatoriamente da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 239 do RILC/CAER;

14.5. Por se tratar de serviços que incluem mão de obra, a CAER poderá instituir os seguintes procedimentos:

14.6. Realizar o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da contratada, que serão depositados pela Administração em conta - depósito vinculada - bloqueada para movimentação, específica da seguinte forma;

- a) Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários e encargos, quando devidos;
- b) Parcialmente, pelo valor correspondente as férias e ao 1/3 de férias e encargos, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados.
- c) Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS;

14.7. Valores provisionados, somente serão liberados para o pagamento das verbas, nas seguintes condições:

- a) Parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido.
- b) Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;
- c) Parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e
- d) Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

14.8. O saldo existente na conta vinculada apenas será liberado com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

14.9. Autorizar a Administração contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, para assegurar o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

14.10. Autorizar a Administração contratante a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos;

14.11. Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere. Pela própria administração, esses valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - REAJUSTAMENTO DOS CONTRATOS

15.1. Os descontos inicialmente contratados são fixo e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da proposta, em ____/____/____ (DD/MM/AAAA).

15.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os descontos iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice _____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

15.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

15.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

15.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

15.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do desconto remanescente, por meio de termo aditivo.

15.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - REVISÃO CONTRATUAL

16.1. A concessão do reequilíbrio econômico-financeiro do valor do contrato pode se dar a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que presentes os seguintes requisitos:

- I** – comprovação da ocorrência de evento extraordinário, futuro e incerto capaz de desequilibrar a equação econômico-financeira;
- II** - o evento que desequilibrar a equação econômico-financeira deve ter ocorrido após a apresentação da proposta;
- III** - o evento que desequilibrar a equação econômico-financeira não pode decorrer de culpa do Contratado;
- IV** – o efeito econômico provocado pelo evento extraordinário sobre a equação econômico-financeira deve ser substancial, de forma a restar caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do Contratado e a retribuição devida pelo Contratante;
- V** – restar demonstrado o necessário nexo de causalidade entre o evento extraordinário e a majoração ou redução dos encargos do Contratado que justifique a necessidade de recomposição da remuneração correspondente;
- VI** – o efeito econômico provocado pelo fato extraordinário deve restar demonstrado por meio da juntada aos autos do processo administrativo de planilha de custos e formação

de preços ou outros documentos capazes de atestar o desequilíbrio provocado sobre a equação econômico-financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 17.1.** Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do serviço desejado, comunicando a empresa contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com execução dos serviços;
- 17.2.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada com relação ao objeto do Contrato;
- 17.3.** Solicitar a Contratada os esclarecimentos que julgar necessários, quanto a execução dos serviços, que deverão ser prestados imediatamente, salvo quando implicarem indagações de caráter mais especializado, hipótese em que serão respondidas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;
- 17.4.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 17.5.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 17.6.** Pagar a Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Memo. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada;
- 17.7.** Permitir o acesso dos funcionários da Empresa vencedora às dependências da CAER, para tratar de assuntos inerentes ao Contrato firmado entre as partes;
- 17.8.** Requisitar à empresa contratada os serviços através de documento da CAER;
- 17.9.** Fornecer quaisquer orientações/esclarecimentos/informações referentes aos assuntos relativos à execução dos serviços, sempre que necessário;
- 17.10.** Rejeitar, total ou parcialmente, o material ou serviço, devendo apontar as irregularidades apuradas em instrumento próprio;
- 17.11.** Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços, fixando prazo para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

- 17.12.** Exercer a fiscalização, coordenação e o acompanhamento da execução do contrato, através da Divisão de Transportes – DTR/CAER, por meio de servidores especialmente designados para este fim, independentemente do acompanhamento e controle exercidos diretamente pela CONTRATADA, notificando a CONTRATADA, por escrito, sobre falhas ou defeitos, determinando prazos para regularização das falhas, faltas e defeitos observados;
- 17.13.** Atestar a Nota Fiscal, através do Chefe da Divisão de Transportes – DTR/CAER ou por outro servidor, ou por comissão para esse fim designada. Ocasão em que afirmará que, os serviços foram executados de acordo com os licitados e contratados junto à empresa vencedora;
- 17.14.** Solicitar correção/reparação no serviço e/ou substituição da peça que venham apresentar algum defeito dentro do prazo de garantia.
- 17.15.** Aprovar ou reprovar os serviços executados pela CONTRATADA;
- 17.16.** Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 18.1.** Prestar adequadamente os serviços solicitados;
- 18.2.** Em casos de eventuais acidentes durante a prestação de serviços, deverá ser apurado os fatos ocorridos e ficará sob total responsabilidade da contratada;
- 18.3.** Atos danosos causados por terceiros, durante a prestação dos serviços, como roubo e furto de bens da empresa fica sob responsabilidade da contratada, dependendo do caso ocorrido;
- 18.4.** Prestar adequadamente os serviços solicitados;
- 18.5.** A licitante poderá oferecer outras garantias e vantagens adicionais, desde que não onerem a contratada estabelecido na proposta apresentada;
- 18.6.** Executar os serviços conforme especificações deste Memo e de sua proposta, com operacionalização necessária ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios, necessários, na qualidade e quantidades especificadas no termo de referência e na sua proposta caso necessário para uso na prestação do serviço;
- 18.7.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes de acordo com os artigos 14 e 17 a



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

27, do Código de Defesa do consumidor Lei. 8078/1990, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos a Contratada, o valor corresponde aos danos sofridos;

18.8. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

18.9. Relatar a Contratado de qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

18.10. Manter durante toda a vigência da Contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

Guardar sigilo sobre todas as informações decorrentes obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

18.11. A contratada deverá apresentar preposto responsável pela execução do contrato com fornecimento de número telefônico para contato;

18.12. Designar um preposto perante a CONTRATANTE para prestar, de forma ininterrupta, todos os esclarecimentos necessários e atender as reclamações e solicitações que porventura surgirem durante a execução do contrato. Esse atendimento deverá ser feito de maneira contínua, inclusive nos finais de semana, a fim de garantir o permanente funcionamento da frota da CONTRATANTE;

18.13. A empresa deverá indicar um endereço eletrônico E-mail para contato, sendo exclusiva responsabilidade informar a CAER, quaisquer mudanças que possa influenciar no contrato;

18.14. A licitante vencedora não poderá alegar desconhecer dificuldades, características ou obstáculo como justificativa para acréscimo de preço ou prazo.

18.15. Providenciar, imediatamente após o recebimento da AFOS – Autorização de Fornecimento, Obras e Serviços, as tratativas necessárias ao cumprimento célere do encargo disposto neste Memo;

18.16. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato com contato telefônico para atender as demandas da contratante;

18.17. Utilizar ferramentas e equipamentos modernos e executar os serviços por meio de pessoal qualificado através das empresas credenciadas;

18.18. Cumprir fielmente os prazos para a emissão do orçamento prévio e execução das



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

manutenções;

18.19. Possuir Licença de Operação e Licença Ambiental, emitida pelo órgão ambiental competente em âmbito Municipal e/ou Estadual;

18.20. Garantir que não seja executada qualquer manutenção em veículos que não sejam cadastrados na frota da CONTRATANTE;

18.21. Executar serviços, fornecer peças e produtos somente quando autorizado;

18.22. Utilizar peças genuínas ou originais, e excepcionalmente peças similares quando autorizado;

18.23. Apresentar, em até 5 dias da data de assinatura do termo de contrato, as tabelas de Tempo Padrão de Reparos atualizadas emitidas pelos fabricantes dos veículos que compõem a frota da Contratante;

18.24. Apresentar, quando solicitado, documentos que comprovem a procedência das peças utilizadas nas manutenções;

18.25. Entregar as peças substituídas quando da entrega do veículo reparado acompanhadas da embalagem das peças novas utilizadas;

18.26. Entregar o veículo reparado somente ao fiscal do contrato ou substituto devidamente constituído;

18.27. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados à CONTRATANTE, por dolo ou culpa, bem como por aqueles que venham a ser causados por seus prepostos ou em qualquer estabelecimento da rede credenciada, em idênticas hipóteses, ressalvada a hipótese de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovada;

18.28. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas os produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados;

18.29. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de seus empregados, independente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

18.30. Cumprir as normas de sustentabilidade previstas em regulamentos e normas pertinentes aos serviços contratados;

18.31. Fornecer peças, acessórios, componentes e outros materiais de uso automotivo solicitados sejam eles distribuídos ou comercializados pelo fabricante ou montadora dos

veículos ou pelo comércio automotivos e afins, definidas pelas seguintes características e procedências: originais, genuínos, produzidos e ou embalados e com controle de qualidade do fabricante fornecedor da montadora dos veículos, atendidos os mesmos padrões e níveis de qualidade por esta exigidos, recomendados ou indicados e constantes de seu catálogo, ou de outros fabricantes, cujo produto atenda os níveis de qualidade e aplicabilidade recomendados ou indicados pelo fabricante ou montadora do veículo, constantes ou não de seu catálogo, sob solicitação ou autorização formal da CONTRATANTE, caso demonstrada a impossibilidade de atendimento com base nos dois subitens anteriores;

18.32. Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, e as constantes neste termo, sob pena de rescisão unilateral do contrato e aplicação das penalidades previstas neste instrumento e/ou contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

19.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

19.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

19.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

19.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

19.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

19.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

19.7. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

19.8. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

19.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

19.10. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

19.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

19.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - GARANTIA DOS SERVIÇOS

20.1. Os serviços e peças utilizadas nas manutenções no motor, caixa de velocidade, caixa de marcha e diferencial, terão garantia mínima de 180 (cento e oitenta) dias ou 15.000 (quinze mil) Km, valendo o que ocorrer por último;

20.2. Para serviços de funilaria, pintura, capotaria e estofamento o prazo de garantia será de, no mínimo, 12 (doze) meses;

20.3. Mínimo de 90 (noventa) dias para as peças originais repostas e instaladas conforme Código de Defesa do Consumidor, ou prazo estabelecido pelo fabricante da peça se for maior que 90 (noventa) dias, prevalecendo assim, em qualquer hipótese a garantia mínima de 90 (noventa) dias ou 5.000 (cinco mil) Km, valendo o que ocorrer por último;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

20.4. O término ou rescisão do contrato não desobriga a Contratada a cumprir os prazos de garantia ainda vigentes.

20.5. Durante a garantia a contratada está obrigada a:

- a)** substituir o material defeituoso, sem ônus;
- b)** corrigir defeitos de fabricação, sem ônus;
- c)** trocar o material no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data de comunicação da contratante, sem ônus.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - SANÇÕES

21.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com a legislação, com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia, com as disposições constantes dos instrumentos convocatório e contratual, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal, garantida a prévia defesa, sujeita-se às seguintes sanções:

21.1.1 - advertência;

21.1.2 - multa moratória;

21.1.3 - multa compensatória;

21.1.4 - suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por até 02 (dois) anos.

21.2 - As sanções previstas nos itens 21.1.1 e 21.1.4 poderão ser aplicadas juntamente com as dos itens 21.1.2 e 21.1.3.

21.3. As condutas consideradas reprováveis e passíveis de sanções estão previstas no art. 251 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC/CAER;

21.4. A aplicação de qualquer sanção prevista no dispositivo supramencionado deverá ser registrada no Cadastro de Fornecedores da CONTRATANTE, assegurado o direito ao devido processo legal;

21.5. A sanção de advertência é cabível quanto o ato praticado, ainda que configure a violação de preceito contratual ou legal, não seja suficiente para acarretar danos à CONTRATANTE, seus processos, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

21.5.1. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

CONTRATANTE ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

21.6. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

21.6.1 – nas licitações em geral:

- a) em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- b) pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor da contratação;
- c) por empreender qualquer conduta ou expediente cujo objetivo consista em impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do processo licitatório, correspondente a até 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- d) no caso de atraso no cumprimento dos prazos fixados no cronograma de execução, incidência de multa entre 0,2% (dois décimos por cento) ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parcela em atraso ou do saldo remanescente do contrato, conforme avaliação da CONTRATANTE, limitada a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;
- e) no caso de inexecução parcial, incidência de multa entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do Contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da CAER;
- f) no caso de inexecução total, incidência de multa entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da CAER.

21.6.2. Ocorrendo infração contratual apenas a sanção de multa a CONTRATADA deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 03 (três) dias úteis.

21.6.3. No caso de aplicação de sanção de multa o valor relativo a penalidade a ser aplicada será considerado como parte controversa para efeito de liquidação do valor



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

devido à CONTRATADA, devendo ser retido enquanto não for concluído o processo administrativo para aplicação da sanção.

21.6.4. A parte incontroversa do valor devido em face do cumprimento do contrato poderá ser paga de acordo com os prazos e condições fixados para tanto.

21.6.5. Havendo omissão ou concordância da CONTRATADA quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação da sanção, operando-se, nesse caso, o desconto em eventuais pagamentos devidos à CONTRATADA.

21.6.6. Não havendo a concordância da CONTRATADA, caberá ao gestor do Contrato, avaliar a manifestação da CONTRATADA e decidir a respeito de sua procedência no prazo de 03(três) dias úteis.

21.7. No caso das demais sanções, a CONTRATADA deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo único. Não havendo a concordância da CONTRATADA quanto aos fatos e a incidência das sanções cabíveis, deverá ser instaurado processo administrativo a ser conduzido por comissão permanente ou especial nomeada para este fim.

21.8. Será aplicada a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, dano à CONTRATANTE, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

21.8.1. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

21.8.2. O prazo da sanção a que se refere este Artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Roraima, estendendo-se os seus efeitos à todas as Unidades da CAER.

21.8.3. Se a sanção de que trata este Artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CAER poderá, a seu critério, rescindi-lo.

21.8.4. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

21.9. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos, será registrada no cadastro de empresas inidôneas e suspensas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - EXTINÇÃO CONTRATUAL

22.1. As formas extintivas do contrato - com as devidas condições, estão previstas nos arts. 247 a 249 do RILC/CAER.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

23.1. O encaminhamento de ofícios e documentos pela CONTRATADA deverá ser efetuado através do Protocolo Geral da CAER.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - FONTE E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

24.1. A execução do objeto deste Contrato, correrá à conta do recursos financeiros próprios da CAER, sob: 43010.17122010.005.000/323/001 e 43010.17122010.001.005/2110/001.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CASOS OMISSOS

25.1. O presente contrato será regido pela Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Federal nº 10.406/2002, Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC e o Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS

26.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 203 a 210 do RILC.

26.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do desconto inicial atualizado do contrato.

26.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do contratante.

26.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

27.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - FORO

28.1. A interpretação e aplicação dos termos contratuais serão regidas pelas leis brasileiras e o juízo da cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante deste Contrato, constituindo assim o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si e seus sucessores em 03 (três) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nomeadas, que também assinam, dando-lhe, para efeitos legais.

Boa Vista - RR, _____ de _____ de 2024

PELA CONTRATANTE:

JAMES DA SILVA SERRADOR

Diretor Presidente

MÁRCIO RODRIGO MESQUITA DA SILVA

Diretor Administrativo e Financeiro - DAF

PELA CONTRATADA:

EMPRESA CONTRATADA



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF : _____

2. _____ CPF : _____